

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

VÂNIA BEZERRA SILVA COSTA

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maceió
2024
VÂNIA BEZERRA SILVA COSTA

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Pereira Viana.

Maceió
2024

VÂNIA BEZERRA SILVA COSTA

**DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Artigo Científico defendido e aprovado em ____/____/____.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Pereira Viana

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
MARIA APARECIDA PEREIRA VIANA
Data: 17/12/2024 15:30:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

__Profª.Drª. Maria Aparecida Pereira Viana

Examinador(a) 1 - Presidente



Documento assinado digitalmente
WILLAMS DOS SANTOS RODRIGUES LIMA
Data: 17/12/2024 15:17:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestre em Educação.

Examinador(a) 2



Documento assinado digitalmente
MARIA DOLORES FORTES ALVES
Data: 11/12/2024 17:20:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador(a) 3

Maceió

2024

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vânia Bezerra Silva Costa¹

Maria Aparecida Pereira Viana²

RESUMO:

O estudo aborda, de forma geral, a temática da Educação Especial e Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem, com o objetivo de identificar as dificuldades do professor e do estudante no contexto do ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual na perspectiva da educação especial e inclusiva. Busca responder quais as dificuldades docente e discente no processo ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual. Teve por abordagem a pesquisa qualitativa que, por meio de um relato de experiência, busca identificar não só as dificuldades, mas também conhecer e apontar possíveis soluções que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem, dentro da perspectiva apresentada. Realizada em uma instituição escolar da rede pública estadual, situada no município de Maceió-AL. Nos resultados e discussões é possível observar as dificuldades do docente no trabalho com estudantes com transtornos de aprendizagem, como também de que forma ocorre a superação para essas e outras dificuldades no contexto escolar. Contudo, espera-se com esse estudo não esgotar as discussões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, mas apontar outros questionamentos que possam contribuir com novas pesquisas sobre a temática da Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação. Dificuldades de Aprendizagem. Deficiência Intelectual. Processo Ensino e Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

As discussões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual remontam a décadas passadas, sendo marcadas pela separação dos estudantes da escolarização regular. Nesse sentido, “a escola historicamente se caracterizou

¹ Graduação em Pedagogia. Pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Interdisciplinar (UFAL), à nível de especialização. E-mail: vaniabezerra27@hotmail.com.

² Orientadora da pesquisa. Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (CEDU/UFAL), com atuação na Graduação e Pós-Graduação. Possui doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do grupo de pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação na Formação de Professores Presencial e a Distância Online (TICFORPROD/UFAL). E-mail: maria.viana@cedu.ufal.br.

pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (Brasil, 2008, p. 6).

Compreende-se que o privilégio dado a alguns contribuiu, de forma automática, para a exclusão de muitas pessoas do processo de escolarização. Aspectos que só foram sendo modificados a partir de muitas discussões entre estudiosos e pesquisadores que, até hoje, buscam melhorias para o processo de aprendizagem dos estudantes que apresentam dificuldades intelectuais.

Pensando em contribuir com a continuidade dos estudos voltados para a inclusão desses estudantes no ensino regular, este artigo aborda a temática, por meio dos estudos realizados no âmbito do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), que teve como objetivo identificar as dificuldades do professor e do estudante no contexto do ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual.

O estudo aborda, entre outros aspectos, os desafios dos estudantes com deficiência intelectual no contexto de inclusão escolar, buscando compreender as formas de avaliação e o Plano de Desenvolvimento Individual, organizados por uma professora que acompanha estudantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE), e contribuir a partir de um relato de experiência realizado em uma escola estadual localizada na cidade de Maceió – AL para novas pesquisas sobre a temática.

Segundo Guijarro (2005) a escola é um espaço que precisa proporcionar aos estudantes com deficiência intelectual e também aos estudantes sem deficiência a possibilidade de construção do conhecimento de forma a contribuir para autonomia dos mesmos, em todo o processo educacional e social. Assim, o direito à educação não se restringe apenas ao acesso a ela, mais que seja de qualidade com garantia de permanência e de aprendizagem para todos, assegurando o direito ao desenvolvimento integral.

Nessa perspectiva, o estudo está organizado dentro de uma linearidade que possibilite a compreensão do leitor sobre o desenvolvimento dos aspectos que constituem os tópicos da pesquisa. Com isso, além dessas primeiras palavras, o estudo inicia-se com as discussões sobre a educação especial como modalidade de ensino, seguindo com algumas reflexões a respeito da inclusão e permanência da pessoa com deficiência na escola, os aspectos metodológicos da pesquisa, os resultados e discussões, as considerações finais e, por fim, as referências utilizadas para contribuir com o estudo, de forma geral.

Contudo, não se pretende com estes resultados esgotar os estudos voltados ao processo de ensino e aprendizagem que envolvem pessoas com deficiência intelectual, e as dificuldades encontradas por professores para que esse processo seja construtivo aos pares, mas que esta pesquisa possa contribuir para outros estudos sobre a temática.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO MODALIDADE DE ENSINO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

A Educação Especial, considerada como uma modalidade de ensino, deve perpassar “todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (Brasil, 2008, p. 16).

Nessa perspectiva, compreende-se a importância da Educação Especial como modalidade de ensino, para o atendimento dos sujeitos com deficiência no contexto da formação escolar, mas sobretudo, como forma de proporcionar aos professores a busca pela formação adequada para trabalhar com esse público que demanda certos cuidados e aprendizados teóricos, que possibilitem conhecimentos para o trabalho docente, proporcionando a inclusão desses sujeitos. Mas, nem sempre esse processo foi visto dessa maneira.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

A partir desse entendimento, foram criadas instituições para atender, de forma isolada da escola, as pessoas com deficiência. Dessa forma, algumas instituições foram criadas dentro desse contexto:

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Brasil, 2008, p. 6).

Compreende-se que por muito tempo tinha-se uma visão errônea sobre como acompanhar as pessoas com deficiência. Por mais que essas instituições proporcionassem atendimento especializado a esse público, não era oportunizada a inclusão desses com outros sujeitos em oferta escolar de forma regular. Assim, durante todo esse período foram estabelecidos debates educacionais, leis, decretos, planos e políticas de educação que favorecessem à sociedade de forma geral a compreensão de como trabalhar e incluir pessoas com deficiências no ensino regular.

Nesse contexto, Neves, Rahme e Ferreira (2019, p. 7) destaca que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

Aporta um contexto histórico de amplos movimentos internacionais iniciados nas décadas anteriores que firmam o paradigma inclusivo para os sistemas educativos. As justificativas para sua elaboração são tecidas destacando-se dois pontos: internacionalização do movimento pela Educação Inclusiva e a necessidade de transformação dos processos de ensino-aprendizagem, para que possam ser capazes de atender às diferenças dos estudantes.

Compreende, portanto, que os estudos realizados durante décadas contribuíram para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no contexto da educação especial. Porém, é importante destacar que muito precisa ser feito para que esse processo possa, de fato, inserir os sujeitos com deficiência nos espaços escolares do ensino regular, de forma a proporcionar o acesso, a inclusão e a permanência desses sujeitos na escola.

De acordo com os estudos realizados para a contemplação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (Brasil, 2008, p. 6).

Há muito tempo o fracasso escolar foi atribuído aos insucessos dos estudantes no processo da formação, sem levar em consideração suas dificuldades de aprendizagem, mas sobretudo, por serem comparados aos que recebiam o título de melhor estudante. Isso fez, durante muito tempo, com que os sujeitos com deficiências de aprendizagem fossem logo diagnosticados como quem não queriam nada com os estudos.

Diferentemente das décadas anteriores, a atenção às pesquisas e estudos que envolvem a Modalidade de Educação Especial, que proporcionem a inclusão escolar, tem sido discutida em diversos meios acadêmicos e científicos, o que comprova o interesse dos pesquisadores em contribuir para o processo de desenvolvimento das pessoas com deficiências. Dessa maneira, o que muitos estudiosos e pesquisas têm mostrado é a importância do trabalho coletivo entre os pares para garantir a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Do ponto de vista de Alves e Pereira Filho (2017, p. 63) o processo da inclusão trata-se da “garantia do exercício do direito a educação, é gozar como qualquer cidadão de seus direitos de forma igualitária, principalmente, no que concerne as escolas públicas”. Ou seja, é uma ação coletiva que por meio das políticas públicas garanta a permanência do direito à educação.

De acordo com os aspectos apresentados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 5):

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Compreende-se, portanto, que deve ser realizado um trabalho conjunto entre Estado, instituição escolar e toda sociedade, sobretudo da família desses estudantes, levando em consideração que são estes últimos que devem buscar e fazer valer os direitos à educação de seus familiares que precisam ser inseridos no ambiente escolar de forma inclusiva.

Assim, o trabalho do professor, nessa perspectiva, tem como objetivo apoiar dentro da escola a inclusão, junto com os professores regentes. Para que o trabalho colaborativo nas diferentes disciplinas ocorra com sucesso, se faz necessário que os profissionais envolvidos mantenham um diálogo constante, somem suas responsabilidades quanto ao processo de ensino, e após conhecer as necessidades e potencialidades do estudante, estabeleçam objetivos comuns a serem alcançados, como possibilitar o acesso e a flexibilização curricular, a avaliação diferenciada, a organização de metodologia e estratégias pedagógicas, de forma a atender às necessidades educacionais especiais dos estudantes.

3. INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Ao iniciar as discussões que tratam sobre a deficiência intelectual no ambiente escolar, ou seja, no processo de ensino e aprendizagem, se faz necessário compreender, segundo os estudos de Rigoldi e Neme (2017), que um aluno com deficiência pode estar integrado ao ambiente escolar comum, mas não estar efetivamente incluído. Dessa forma, falar em integração e inclusão escolar é falar em igualdade de oportunidades e igualdade de condições, inserção e interação, com atenção aos resultados efetivos e satisfatórios ao desenvolvimento educacional do aluno com deficiência, do que depende a existência e disponibilidade, no ambiente escolar comum, de profissionais qualificados e recursos materiais adequados ao atendimento educacional especializado sempre que necessário.

Nessa perspectiva, para Alves e Pereira Filho (2017) estamos em um tempo em que falar de Educação já deveria ser sinônimo de Inclusão, pois ao considerar a Educação deveríamos, também, ter como contributo impar a diversidade, a inclusão, afinal, uma educação que não é inclusiva não poderia ser chamada de Educação em seu teor qualitativo e integral.

Compreende-se, portanto, que o aspecto da inclusão escolar vai além de simplesmente matricular o estudante. Do ponto de vista de Alves e Pereira Filho (2017, p. 62), “pensar o processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais é apenas uma fatia do processo inclusivo real e legítimo”. Dessa forma, ainda segundo esses autores, para que haja uma verdadeira inclusão se faz necessário, sobretudo, possibilitar condições para a participação social, bem como o exercício da cidadania para todos os sujeitos em todos os espaços da sociedade.

Corroborando a esses aspectos, Alves (2015, p. 321) enfatiza que a inclusão “deve fazer parte de uma ação integrada a todos os setores da sociedade, visando tornar suas atitudes, posturas e procedimentos diante da diversidade, um elemento ainda mais favorável à convivência integradora entre todas as pessoas”. Assim, retoma-se as discussões que implicam dizer que a inclusão se faz num processo mais amplo, pois deve incluir os sujeitos para a participação ativa na sociedade.

Nesse contexto, uma das possibilidades de ofertar essa ação integradora pode ser oportunizada na escola, considerando que seu papel, de forma geral, segundo Rocha e Rocha (2021), é formar cidadãos críticos e reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, capazes de compreender a realidade que vivem, preparados para participar da vida econômica, social e política, aptos a contribuírem para uma sociedade justa.

Nessa perspectiva, a inclusão no ambiente escolar deve promover a aprendizagem de forma diversa, permitindo que todos os estudantes possam compartilhar experiências cotidianas que possibilitem a construção de uma cultura de tolerância e respeito às diferenças uns dos outros, preparando-os para viver em uma sociedade plural. Dessa forma, para Alves e Pereira Filho (2017), é necessário reconhecer a dinâmica da diversidade, se faz necessário para que se possa dotar do máximo potencial de crescimento interior e exterior. Em outras palavras, é necessário, sobretudo, reconhecer que a co-participação e interação de sujeitos diversos, com suas potencialidades de superação e resiliência, possibilita a sociedade o enriquecimento mútuo.

Diante dessas discussões, faz-se necessário atentar para outras questões, pois, de acordo com Rigoldi e Neme (2017), deve-se, mais do que em qualquer outro momento das políticas públicas de educação inclusiva, observar os problemas que envolvem e dificultam o processo da permanência do aluno em uma formação escolar, de tal maneira que, por meio de um atendimento educacional especializado seja oportunizada a igualdade de condições necessária, com suas premissas legais de garantia de uma educação de qualidade e objetivos que incluem a superação de todos os obstáculos ao processo de ensino-aprendizagem, sendo uma conquista e uma garantia constitucional de todo aluno com deficiência.

Nessa mesma perspectiva, os professores da sala regular precisam entrar em concordância com o professor de AEE, avaliando esses alunos com deficiência intelectual se envolvendo com todo apoio da família, e apoio dos profissionais da saúde, e assim os professores citados desenvolver o seu planejamento e colocar em prática com as práticas pedagógicas com o professor do AEE na sala de recurso tendo uma visão direcionada a esse aluno com deficiência intelectual, buscando a desenvoltura desse aluno.

Dessa forma, a AAIDD (2021) define comportamento adaptativo como um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas, as quais as pessoas aprendem e desempenham em suas vidas diárias. Além disso, estabelece as habilidades conceituais relacionadas à linguagem e à alfabetização, como de dinheiro, de tempo e número, e de autodireção; as habilidades sociais, como as interpessoais, a responsabilidade social, a autoestima, a credibilidade, a ingenuidade, a resolução de problemas sociais e a capacidade de seguir regras; as habilidades práticas, como cuidados pessoais (alimentação, mobilidade, vestimenta, uso do banheiro); e as habilidades ocupacionais, cuidados com a saúde, transporte, horários, rotina, segurança, uso do dinheiro e uso do telefone.

Entende-se, que a abordagem atual de interpretar a deficiência intelectual traz como premissa avaliar as pessoas a partir de suas necessidades de apoio e não pelos seus déficits, o

que traz implicações significativas tanto no planejamento de estratégias quanto na melhora do desempenho em atividades da vida diária.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O percurso metodológico está fundamentado na pesquisa de natureza qualitativa, baseado nos estudos de Lüdke e André (2018), por envolver a obtenção de dados descritivos por meio do contato de forma direta com a situação pesquisada. Nessa perspectiva, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui a importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Trata-se de um relato de experiência sobre os aspectos observados em uma instituição pública estadual de ensino, localizada na cidade de Maceió, na qual foram desenvolvidas algumas atividades e observações que proporcionassem o conhecimento do plano educacional individual na Educação Especial, levando em consideração o trabalho docente na Sala de Recurso, no atendimento educacional especializado dos estudantes com dificuldades e transtornos que dificultam a aprendizagem.

A escolha da instituição para a realização da pesquisa não se deu de forma aleatória, levou-se em consideração a presença de estudantes com dificuldades de aprendizagem e que são acompanhados por professores que os auxiliam no desenvolvimento da aprendizagem. Dessa forma, se trata de uma instituição escolar da rede pública estadual, localizada no município de Maceió – AL.

Para responder ao objetivo e questionamento central da pesquisa, na tentativa de identificar as dificuldades do professor e do estudante no contexto do ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual, contou-se com a participação de 1 (uma) professora da rede pública que atua na com AEE, e de (1) um estudante com dificuldade de aprendizagem, cujo é acompanhado pela referida professora. A escolha desses sujeitos se deu, justamente, por fazer parte do grupo de interesse dos estudos relacionados aos objetivos do Curso de Especialização em Educação Especial, que se refere ao processo de aprendizagem de estudantes com dificuldade intelectual no contexto escolar, sendo desenvolvido um trabalho voluntário, visto que a pesquisadora não tinha vínculo com a instituição escolar.

O processo para a coleta dos dados se deu por meio da observação do espaço escolar, da participação direta do processo de aprendizagem do estudante com deficiência, e da aplicação de um questionário com 9 (nove) questões semiestruturadas e organizadas de forma

lógica, iniciando com perguntas mais gerais do contexto da formação da professora, e depois com perguntas mais reflexivas, com o intuito de compreender as experiências e os desafios enfrentados por docentes e discentes no processo de ensino e aprendizagem, buscando entender as estratégias pedagógicas utilizadas pela professora do AEE para a formação do estudante com dificuldade intelectual.

Nos resultados e discussões, estão expostos os aspectos que se desenvolvem com o percurso relacionado ao que foi observado no ambiente escola, como também sobre a participação da professora, que contribuiu com as respostas ao questionário solicitado, relatando, portanto, aspectos da vida acadêmica e profissional no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro contato com a instituição escolar se deu para dialogar com os gestores sobre a possibilidade da realização da pesquisa. Após a apresentação dos objetivos propostos, de acordo com o desenvolvimento do Curso de Especialização supracitado, aprovação dos gestores da escola e a aceitação da professora para realizar tal investigação, foi possível iniciar as observações dos aspectos internos e externos da escola, organizando os detalhes de como dada continuidade da pesquisa.

No que se refere aos aspectos de identificação da instituição, trata-se de uma escola da rede pública estadual, situada no município de Maceió – AL, que atende a um público de 1.497 estudantes do 6º ano a 3ª série do ensino médio, nos três períodos (matutino, vespertino e noturno). Conta com um quadro de 63 (sessenta e três) professores, 4 (quatro) coordenadores e 2 (duas) gestoras.

Observa-se, portanto, que é uma escola de grande porte e atende a um grupo amplo de estudantes e de professores. Dessa forma, infere-se que as dificuldades são imensas para dar conta dos aspectos que envolvem o convívio entre os pares, mas sobretudo, os aspectos que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, ao levar-se em consideração as diversidades carregadas pelos sujeitos.

Após esse período de reconhecimento do ambiente escolar, foi possível conhecer um pouco mais da rotina escolar. Dessa forma, desenvolveu-se a observação de um estudante do 6º ano do ensino fundamental, com deficiência intelectual e transtorno de aprendizagem na Sala de Recurso, acompanhando a professora que desenvolvia um trabalho mais aprimorado com esse estudante, para contribuir com sua aprendizagem.

Ressalta-se, portanto, que um dos objetivos do curso de Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusão na Perspectiva Transdisciplinar, que possibilitou essa pesquisa, foi proporcionar um contato mais direto com a realidade do processo de ensino e aprendizagem na perspectiva da educação especial. Dessa forma, foi realizado um trabalho voluntário nessa escola, para conseguir uma vivência com esse público alvo.

Nessa perspectiva, a professora da Sala de Recurso elaborava as atividades que seriam desenvolvidas com o estudante e fomos acompanhando-o na realização dessas atividades, dando suporte necessário para a melhor compreensão, como por exemplo, esse estudante participava de rodas de conversa, contava como tinha sido o seu dia, falava de alguns animais que o mesmo criava junto com sua família. Também eram realizadas atividades com a utilização do alfabeto móvel e de imagens, atividades com uso de materiais concretos, tudo isso, pensando na melhor metodologias para proporcionar a aprendizagem do estudante.

A partir dessa interação, foi possível perceber que em seu desenvolvimento cognitivo, esse estudante necessita de um tempo maior para abstração de alguns conceitos matemáticos, e conceitos muito extensos, por apresentar dificuldades de atenção seletiva e de concentração organizacional. Na área das linguagens o aluno tem contato com as letras e textos, mas ainda não sabe ler, apresentando dificuldades de interpretação. Contudo, possui pequenos progressos em sua formação, levando em consideração o processo da educação formal. De toda forma, vem alcançando desenvolvimento entre bom e regular na assimilação do conteúdo e das propostas ofertadas.

Para a inclusão do aluno que tem Deficiência Intelectual e Transtorno de Aprendizagem na classe regular de ensino, são necessárias adaptações que favoreçam com condições de participação facilitando o aprendizado e melhorem seu desempenho nos componentes curriculares. As principais são posicionamento em sala de aula e adaptações de alguns materiais e avaliações, como por exemplo: ampliação e fonte do material impresso, solicitação de aplicação de prova oral, uso de imagens e materiais concretos, recurso de alfabetização, e auxiliar de sala que ele já tem.

Para auxiliar na compreensão do funcionamento das atividades cotidianas do ambiente escolar, organizou-se um questionário com 9 (nove) questões com o intuito de conhecer o espaço escolar, como também compreender os aspectos do processo de ensino e aprendizagem por meio das narrativas de uma professora dessa escola. Destaca-se, portanto, o modelo de questionário, no quadro 1, utilizado para a obtenção dos dados, que foram analisados mais adiante.

Quadro 1. Questionário de entrevista.

N.º	QUESTÃO
1	Identificação da Instituição Escolar
2	Qual a formação acadêmica da professora?
3	Possui formação especializada para atuar com alunos com deficiência?
4	Idade da professora
5	Quanto tempo de atuação na docência?
6	Quantos estudantes são atendidos pela professora no AEE?
7	Quais os principais problemas e desafios encontrados para adaptação das atividades de ensino para os alunos com deficiência intelectual?
8	Como será que os alunos com deficiência intelectual, podem superar as dificuldades de aprendizagem?
9	Quais foram os desafios da formação continuada do professor de AEE na sala de recurso para o atendimento de alunos com deficiência intelectual?

Fonte: Elaboração própria da pesquisa.

Sobre os aspectos de identificação da instituição escolar, foram apresentados, anteriormente, no início do capítulo, para que o leitor possa situar-se melhor sobre o desenvolvimento do trabalho e compreender a estrutura geral da escola.

Ao ser questionada sobre a formação acadêmica, a professora participante responde que possui graduação em Pedagogia e destaca que o curso é “a base para atuar na educação, pois forma professores para o exercício da docência nas séries iniciais e na educação especial. [...] tem uma amplitude de conhecimento sobre ensino, instrução, desenvolvimento infantil e inclusão educacional” (Professora 1).

A terceira questão se propôs a saber qual a formação especializada da professora. Como resposta, a participante responde que possui especialização em Educação Especial, cujo trabalho vem sendo desenvolvido no ambiente escolar, a partir dessa formação, no acompanhamento de estudantes com dificuldades intelectual de aprendizagem. Nesse contexto, a professora destaca:

É de grande importância para esse profissional (professor), desenvolver um trabalho com esse público alvo da educação especial, citando o tema do meu trabalho, dificuldade de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, o professor aprofundar o conhecimento sobre as necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem e assim trabalhar com segurança e apoiar esses estudantes com conhecimento na área (Professora 1).

Compreende-se, portanto, que além de obter a formação adequada para o atendimento dos estudantes com deficiência, essa professora sabe da importância de buscar o

aperfeiçoamento profissional para melhor entender e saber como lidar com as dificuldades nesse processo formativo. Diante das questões tratadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. O que possibilita sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Observa-se que a formação especializada na educação especial e suas ramificações, possibilita ao docente não só o desenvolvimento do trabalho no ambiente escolar, mas em diversos setores que proporcionem a aprendizagem dos sujeitos. Mas, de acordo com os estudos de Mafezoni e Simon (2020), é preciso refletir sobre a formação inicial e continuada desse profissional, somada ao desenvolvimento das políticas públicas em educação, levando em consideração que precisam promover mais igualdade tanto em termos de acesso quanto de permanência dos estudantes com deficiência intelectual, no ambiente escolar, sob a égide do direito de aprender que têm sido historicamente excluídos do processo de escolarização.

Na sequência, perguntou-se à professora a sua idade e o tempo de atuação na docência. como resposta, narrou que tem 34 anos de idade e que atua na docência há 6 (seis) anos, possuindo uma experiência para aplicar as estratégias que desenvolve no dia a dia com responsabilidade e eficiência.

Sobre a quantidade de alunos atendidos no AEE da sala de recurso, a professora responde que atende em média 20 (vinte) alunos durante o mês, e que esses atendimentos ocorrem no contraturno desses estudantes.

Na sequência, buscou-se identificar quais os principais problemas e desafios encontrados, para adaptação às atividades de ensino para o aluno com deficiência intelectual. A esses aspectos, a professora responde que:

Os principais desafios são a conscientização dos professores da sala regular e a falta de material didático na sala de recurso para atender os anseios dos estudantes. Essa falta de conscientização dos professores da sala regular revela várias dificuldades tanto no campo pedagógico quanto no organizacional da escola, que pode ser tempo e sobrecarga de trabalho, como um professor vai adaptar atividades para esses estudantes, precisa de tempo e de conhecimento e difícil criar atividades direcionadas para cada aluno dependendo da sua necessidade. Então está nítido como trabalhar com esse público alvo da educação especial e inclusão nesses termos

dessa falta de conscientização, falta de tempo apropriado para desenvolver essas atividades de adaptação, todos saem no prejuízo, principalmente os alunos com essa dificuldade de aprendizagem. A escola muitas vezes não dispõe de materiais adaptados ou de recursos tecnológicos necessários para trabalhar ações educativas para os alunos com deficiência de aprendizagem (Professora 1).

Diante dessa narrativa, compreende-se que alguns aspectos precisam ser percebidos pelos pares nesse contexto da inclusão e da aprendizagem. Os professores precisam reconhecer e estar conscientes de que o diálogo é necessário para que se tenha resultados positivos tanto no trabalho docente quanto para a própria aprendizagem do estudante.

Nesse contexto, segundo as discussões realizadas por Neves, Rahme e Ferreira (2019), para que haja uma verdadeira efetivação da perspectiva inclusiva no contexto escola, se faz necessária a concretização de articulação entre o professor da sala comum e o professor especializado – o Plano de Ensino Individualizado (PEI), oportunizando um registro a ser elaborado conjuntamente por esses professores, propondo uma mesma linha de ação pedagógica, tanto no ensino regular como no AEE.

O próximo questionamento feito à professora participante da pesquisa ainda está relacionado aos aspectos das dificuldades de aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Dessa forma, questionada sobre como o aluno com deficiência intelectual pode superar as dificuldades de aprendizagem, a professora responde: “se toda equipe de trabalho da escola, com todos os envolvidos, principalmente a família, tendo uma rede de apoio da saúde, sendo todos presentes, desempenhando um trabalho em conjunto e humanizado, esse aluno tem tudo para desenvolver, sim esse aluno se desenvolve” (Professora 1).

Aqui, percebe-se mais uma vez, a importância do diálogo entre sociedade, escola e, sobretudo a família, contribuindo com o trabalho docente. Quando esses pares percebem sua responsabilidade nesse processo, todos saem ganhando, mas, principalmente o estudante que mesmo com suas dificuldades de aprendizagem, pode adquirir novos conhecimentos. Nessa perspectiva, de acordo com Neves, Rahme e Ferreira (2019), o Atendimento Educacional Especializado pode viabilizar a diminuição de barreiras, proporcionando que os sujeitos PAEE possam estar na escola regular, compartilhando espaços e tempos de aprendizagem – por meio do acesso a recursos capazes de colocá-los no circuito da transmissão; por meio de um plano de estudo, colaborativamente executado na escola regular, a partir da complementação e/ou suplementação possível.

Por fim, quando questionada sobre quais os desafios encontrados no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual, como resposta a professora narra:

Acredito que não existem desafios quando entender e quando incluir o aluno, quando se tem uma rede de apoio, alunos, professores, gestores, família e os profissionais da saúde, a comunidade escolar devem estarem todos envolvidos e unidos no processo da inclusão do estudante com deficiência de aprendizagem, estudando e pesquisando as práticas pedagógicas para aplicar no Plano de Desenvolvimento Individual desse aluno na sala de recurso e fazendo suas adaptações quando for necessário (Professora 1).

Dessa forma, sugeriu-se que a solução do problema, para adaptar o material didático e as estratégias de ensino para atender as necessidades específicas do aluno com deficiência intelectual. Essas adaptações são feitas de acordo com o conhecimento do aluno, a avaliação é uma estratégia de intervenção pedagógica para os educandos com deficiência intelectual, ou outras necessidades educacionais.

Diante das respostas da professora, compreende-se que os profissionais da educação dominem as ferramentas da educação especial e inclusão na sala de recurso e na sala regular incluindo as ferramentas tecnológicas também e aprenderem a manuseá-las, pois o meio mais provável para que isso aconteça é através de suas formações continuadas. Nessa perspectiva, nota-se que o professor que está atuando na sala de Recurso no Atendimento de Educação Especializada (AEE) na Instituição citada, encontra-se dentro do contexto a que se espera que esteja, uma vez que domina o ensino na sala de Recurso.

Embora possa ser observado nos relatos da professora que o ensino na sala de recurso da escola está buscando integrar e cumprir o processo na perspectiva da educação especial e inclusiva, facilitando vários meios aos alunos com deficiência intelectual considerando que a natureza das práticas pedagógicas atribuídas, e assim complementando com o atendimento educacional especializado sendo realizados na sala de recurso no contraturno da sala regular, diante das dificuldades encontradas e a superação desse aluno, se faz necessário continuar com as investigações, com o intuito de compreender outros aspectos que não foram discutidos no decorrer desta pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo propôs, de forma geral, uma abordagem referente à temática da Educação Especial e Inclusiva no processo de ensino e aprendizagem, tendo como objetivo identificar as dificuldades do professor e do estudante no contexto do ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual na perspectiva da educação especial e inclusiva. A pesquisa buscou responder quais as dificuldades docente e discente no processo ensino e aprendizagem do sujeito com deficiência intelectual.

A pesquisa foi desenvolvida na sala de recurso buscando integrar e cumprir o processo na perspectiva da educação especial e inclusiva, facilitando vários meios aos alunos com deficiência intelectual, diante das dificuldades encontradas e a superação desse aluno, é necessário investigar em novas pesquisas.

Dentre os principais resultados encontrados, destaca-se, que os professores da sala regular precisam se conscientizar e enxergar o aluno na completude, trabalhando com um planejamento diferenciado dos outros alunos, incluindo esses alunos e não excluindo, pois esses resultados levam a contribuição teórica no pensamento de Voivodic (2008), apontou que Vygotsky acredita que grande parte da dificuldade das crianças com atraso mental, acontece devido a seu isolamento e a pouca interação com o meio social.

Refere-se às contribuições práticas a professora do AEE, faz atendimento a 10 alunos é um trabalho desafiador e ao mesmo tempo pode não ser, se todos os profissionais junto com a família estiverem também com o apoio da saúde, esse aluno com deficiência, com atraso na aprendizagem, consegue aprender os conteúdos escolares e assim desenvolver seus conhecimentos.

Pelo que se pode acompanhar o professor faz avaliação e aplica o Plano de Desenvolvimento Individual e sempre vai fazendo suas avaliações e modificando esse planejamento quando necessário. Além disso, a professora desenvolve um trabalho humanizado com respeito, passando para esses estudantes a dignidade humana e o direito de acesso à educação.

Destaca-se que foi uma experiência importante para minha formação. Ter acompanhado esse aluno, proporcionou um aprendizado enquanto pessoa e profissional da educação. Compreende-se que só vai existir educação especial de forma inclusiva quando houver, antes de tudo, a formação adequada para os professores das salas regulares. Esses profissionais precisam ter consciência, depende muito de cada ser humano, precisa enxergar esse aluno com mais respeito e dignidade.

Assim, nos dizeres de Alves e Pereira Filho (2017), pensar em práticas inclusivas é necessário abordar a importância da formação do professor para atuar de forma inclusiva em sua classe, sem fazer distinção que essa ou aquela classe é uma classe de inclusão, a escola é inclusiva porque nela a diversidade é acolhida.

Contudo, ao apresentar os aspectos discutidos no decorrer desse trabalho, tem-se a compreensão que não se trata de uma pesquisa que se deu por finalizada, mas espera-se que possa contribuir para novas investigações sobre a inclusão, o atendimento escolar da pessoa com deficiência e, sobretudo, a permanência dos estudantes com deficiência intelectual no

ambiente escolar regular, como também o processo da formação de professores para atuar em classes inclusivas, possibilitando o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D. F. Cenários e estratégias de aprendizagem integradoras: a complexidade e transdisciplinaridade legitimando a diversidade e o “habitar humano”. **Revista Terceiro Incluído**, v. 5, n. 1, p. 315–338, 2015. DOI: 10.5216/teri.v5i1.36361. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/36361>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ALVES, M. D. F.; PEREIRA FILHO, A. D. Inclusão: um direito à cidadania. **Revista Filosofia Capital**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 61–67, 2017. Disponível em: <https://www.filosofiacapital.org/index.php/filosofiacapital/article/view/374>. Acesso em: 4 nov. 2024.

AAIDD. **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities**. Disponível em: <https://www.aaid.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva [internet]**. Brasília, DF: MEC; 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.

MAFEZONI, A. C; SIMON, C. A pessoa com deficiência intelectual e as concepções de professores de educação especial. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 11, n. 00, p. e020015, 2020. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v11i.8530. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/8530>. Acesso em: 25 set. 2024.

NEVES, L. R; RAHME, M. M. F; FERREIRA, C. M. R. J. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, p. e84853, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684853>. Acesso em: 9 set. 2024.

RIGOLDI, V; NEME, E. F. Atendimento educacional especializado e educação inclusiva: o confronto entre a educação especial e a prática escolar regular. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 3, n. 1, p. 38–59, 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/2125/pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

ROCHA, D. B; ROCHA, D. B. A importância da inclusão da pessoa com deficiência na escola: desafios e oportunidades. **Revista Húmus**, vol. 11, n. 34, p. 92-109, 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/16232>. Acesso em: 04 de nov. 2024.

VIEIRA, M. M. F; Zouain, D. M. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down**. Petrópolis: Vozes, 2008.